

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
Um estudo acerca das políticas públicas e dos movimentos sociais nos municípios de
Quaraí e Santana do Livramento**

Emeli Nelly Mazzini de Mello¹
Tatiane Lopes Duarte²

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da violência contra a mulher, tendo como objetivo principal analisar o papel das políticas públicas e do Coletivo LivraElas no enfrentamento dessa violência nos municípios de Quaraí e Santana do Livramento. Para tanto, o método utilizado foi à pesquisa de campo, sendo o instrumento de produção e coleta de dados três roteiros de entrevista, aplicados a representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Quaraíenses, e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no município de Quaraí, bem como representantes do Coletivo LivraElas, em Santana do Livramento. A partir da análise dos resultados perceberam-se políticas públicas de prevenção à violência, utilizadas em Quaraí, destacando-se as palestras, a semana voltada para discussões acerca do problema, além do projeto Escola Solidária, que realiza cursos a fim de empoderar as mulheres residentes no município. Em relação ao movimento LivraElas, este atua dentro da universidade e juntamente a comunidade Santanense, visando o debate deste tema e principalmente o avanço da igualdade entre homens e mulheres. Entende-se então, que tanto as políticas públicas quanto os movimentos sociais, possuem um papel de extrema relevância, pois os mesmos já possibilitaram grandes avanços para ambos os municípios. No entanto, cabe ao governo investir mais em políticas públicas, bem como a população reivindicá-las e principalmente vir a reconhecer a participação dos movimentos sociais nesta luta, considerando que os mesmos têm se mostrado os principais defensores do fim da violência contra a mulher.

Palavras-chaves: Violência contra a mulher; políticas públicas; movimentos sociais;

**VIOLENCIA CONTRA LA MUJER:
Un estudio a respecto de las políticas públicas y de los movimientos sociales en el
municipios de Quaraí y Santana do Livramento.**

RESUMEN

El presente estudio aborda la temática de la violencia contra la mujer, teniendo como principal objetivo analizar el papel de las políticas públicas y del Coletivo LivraElas, en el enfrentamiento de la violencia en el municipios de Quaraí y Santana do Livramento. Para ello, el método utilizado fue la investigación de campo, siendo el instrumento de producción y recolección de datos tres guión de entrevistas aplicadas a representantes del Consejo Municipal dos Derechos de la Mujer, de la Secretaría de Políticas Públicas para las Mujeres Quaraíenses y del Ciento de Referencia Especializado de Asistencia Social (CREA), en el municipio de Quaraí, también a representantes del Coletivo LivraElas, en Santana do Livramento. A partir del análisis de estos resultados se identifican políticas públicas de prevención a la violencia contra la mujer utilizadas en Quaraí, donde se destacan

¹ Graduanda do curso de Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pampa

² Professora Substituta da Universidade Federal do Pampa

conferencias, la semana para discusión sobre el problema y el proyecto Escuela Solidaria, que ofrece cursos con el objetivo de empoderar las mujeres que residen en el municipio. En relación al movimiento, éste actúa dentro de la universidad y en conjunto con la comunidad santanense apuntando el debate del tema, principalmente el avance de la igualdad entre hombres y mujeres. Se entiende entonces, que tanto las políticas públicas como los movimientos sociales, tienen un papel extremadamente importante, ya que los mismos permitieron avances muy significativos para ambos municipios. Aunque, correspondería al gobierno invertir más en las políticas públicas, bien como la población reivindica-las y principalmente vir a reconocer la participación del movimientos sociales en esta lucha, en vista que los mismos tienen si mostrado los principales defensores del fin de la violencia contra la mujer.

Palabras clave: Violencia contra la mujer; políticas públicas; movimientos sociales;

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda como tema principal a violência contra as mulheres, tendo como base o papel que as políticas públicas e os movimentos sociais, apresentam em relação ao enfrentamento a tal problema.

De acordo com a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a violência contra a mulher é vista hoje, como um dos mais graves casos de violação dos direitos humanos.

Para a Secretaria de Políticas para Mulheres³ esse tipo de violência pode ser entendida como, toda e qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico ou moral a mulher, seja determinado ato ocorrido dentro da própria casa, em relações pessoais e/ou de convívio, inclusive, no caso de relações afetivas que precedem o contrato civil de união (SPM, 2011).

Segundo Waiselfisz (2015), no ano de 2013 o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ocupava a 5ª posição, com um taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, evidenciando que os índices locais excederam, em muito, os encontrados na maior parte dos países do mundo.

Tendo o entendimento de que a violência contra a mulher é um problema grave presente em nossa sociedade, com intuito de dar fim ao mesmo, criam-se os mecanismos de apoio e/ou enfrentamento deste, bem como políticas públicas, sejam em nível federal, estadual ou municipal, ou ainda os grupos ou movimentos que buscam lutar pelos direitos e consequentemente melhores condições para as mulheres.

Uma pesquisa divulgada pela Secretaria de Transparência do Senado Federal constatou que, por todo o país, 99% das mulheres já ouviram falar na Lei Maria da Penha, sendo esta uma política pública de enfrentamento a violência contra a mulher. No entanto, em relação ao ano de 2013, a pesquisa estimou que 700 mil brasileiras, continuavam sendo alvo de agressões (DATASENADO, 2013).

Observa-se que por vezes, o que falta é o conhecimento e o fácil acesso somado à assistência correta por parte dos governos, para que muitas mulheres deixem de se tornar vítimas de violência. Diante disso, este estudo possui como problema de pesquisa investigar: Qual o papel das políticas públicas e do Coletivo LivraElas no enfrentamento da violência contra a mulher nos municípios de Quaraí e Santana do Livramento?

³ Secretaria Especial da Presidência da República criada no ano de 2003. Hoje se encontra vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

Em relação ao objetivo geral, o artigo busca analisar o papel das políticas públicas e do Coletivo LivraElas no enfrentamento da violência contra a mulher nos municípios de Quaraí e Santana do Livramento.

Tendo ainda como objetivos específicos, mapear os atores envolvidos com a problemática na cidade de Quaraí; identificar quais as políticas públicas utilizadas pelo município de Quaraí, compreender a percepção acerca da violência contra a mulher em Quaraí e verificar a atuação do Coletivo LivraElas no município de Santana do Livramento.

Considerando a importância de se tratar o problema da violência perpetrada contra a mulher, torna-se relevante à abordagem de tal tema, a fim de que, este passe a ser reconhecido não mais como privado, sendo solucionado somente dentro do ambiente onde a violência ocorreu, e entre as partes envolvidas, mas como um problema, de cunho social e, portanto, público.

Cabendo salientar sua importância também dentro da academia, considerando que a Universidade possui o papel de promover o debate entre todos aqueles que dela fazem parte, aceitando as mais diversas opiniões, sempre atentando para os problemas sociais presentes ao seu redor, visando então o combate às desigualdades encontradas na sociedade.

Em termos teórico-práticos esta pesquisa visa reunir informações que servirão de base para novos estudos que venham abordar semelhante ou igual temática, bem como pretende servir de apoio para que novas soluções a respeito da problemática da violência contra a mulher, nos municípios onde a pesquisa será realizada, venham a ser incorporadas pelos mesmos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas

O estado visando atender as demandas da população, se utiliza de procedimentos, determinados políticas públicas. Como afirma Teixeira (2002, p. 3), “as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis”.

“Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2013, p. 2). De acordo com o autor, para um problema ser considerado público, este deve ser relevante para grande parte da população.

Nandi et al (2015) define políticas públicas como ações e atividades estruturadas pelo Estado, seja de maneira direta ou indireta, com o auxílio de agentes públicos e/ou privados, divulgadas na forma de programas.

A cerca do processo de formulação dessas políticas públicas, destaca-se o pensamento de Stein (et al., 2006, p.18):

[...] Em um sistema democrático como na América Latina, estes processos são desenvolvidos em um cenário onde participam diferentes atores políticos. Dentre estes encontram-se atores estatais e políticos profissionais (presidentes, líderes de partidos, legisladores, juízes, governadores, burocratas), bem como grupos privados, sindicatos, meios de comunicação e outros membros da sociedade civil. Estes atores interagem em diferentes cenários, que podem ser formais (como o Legislativo ou o gabinete) ou informal (“na rua”), e pode ser mais ou menos transparente.

Em concordância, Nandi et al (2015, pág. 10), expressa que “as políticas públicas normalmente são formuladas, a partir de demandas e propostas da sociedade, pelos representantes do governo, que podem compor os poderes executivo e/ou legislativos”.

Tratando-se dos atores que participam ativamente no processo de formulação de uma política pública, Leite (2012), expõe que uns destes, os Grupos de Interesse, são regularmente confundidos com os Grupos de Pressão. A distinção entre eles se dá devido a sua forma de atuação. O grupo de interesse age de maneira mais passiva e permanente, enquanto o Grupo de Pressão é de caráter temporário, visando alcançar, através da pressão seus objetivos.

Secchi (2013) exemplifica que os grupos de interesse podem ser formais, por exemplo, sindicatos, colegiados profissionais, associações comerciais; ou informais como, movimentos feministas, movimentos dos sem-teto, de grupos ambientalistas etc.

Levando em consideração a finalidade das políticas públicas, de solucionar determinado problema público, seja combatendo as causas que originaram tal problema, ou ainda as consequências geradas pelo mesmo, percebe-se a relevância da elaboração correta das mesmas. A seguir serão abordadas algumas das políticas públicas desenvolvidas para atuação direta em relação ao problema de pesquisa exposto neste estudo.

2.1.1 Políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher

De acordo com Nandi et al.(2015, p.165), as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, conceituam-se como “um processo de escolhas dos meios de realização dos objetivos do governo, sendo a política a arte de tornar real a necessidade básica observada como forma de solucioná-los”.

Acerca da evolução das políticas públicas para mulheres, destaca-se primeiramente, a criação das Delegacias Especiais em Atendimento às mulheres (DEAMs). Como afirma Cortês (2008), as DEAMs juntamente com as Casas de Abrigo e os Centros de Referência da Mulher, foram criadas em determinadas localidades do país, nos anos 80 e 90, sendo estas as primeiras ações estabelecidas pelo governo, relativas à questão da violência cometida contra as mulheres.

No entanto, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, existem cerca de 369 DEAMs em todo o Brasil (SPM, 2015). Um número relativamente pequeno se comparado ao número de municípios em nosso país, destacando-se ainda que a maioria das delegacias encontra-se nos grandes centros.

Outra política pública relevante é a própria criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, no ano de 2003, com objetivo de “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (SPM, 2004).

No ano de 2005, destaca-se o surgimento do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, sendo responsável pelo desenvolvimento de importantes diretrizes que vieram a somar na questão da assistência a mulheres em situação de violência.

A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha foi criada no ano de 2006. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011) a partir desta Lei, “a violência contra a mulher é tipificada como crime e estes passam a ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instrumentos criados a partir dessa legislação [...]”.

No ano seguinte, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Conforme Coutinho (2015), este inseriu importantes mecanismos para uma ampliação dos direitos das mulheres.

Ele abrange cinco eixos principais, são eles: garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres;

garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (COUTINHO, p.44, 2015).

Observa-se que as políticas públicas no âmbito da violência contra a mulher resultam de uma discussão recente, onde estas foram surgindo na medida em que se percebeu a necessidade de se combater tal problema, sobretudo com o auxílio dos movimentos organizados por mulheres. E a Lei Maria da Penha, abordada no tópico seguinte, representa um importante capítulo na história das políticas públicas pelas mulheres e para a sociedade como afirmado anteriormente.

2.1.1.1 Lei Maria da Penha

“A elaboração de uma lei específica para a violência de gênero foi resultado do trabalho e da mobilização dos movimentos de mulheres, potencializado pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República” (MENEZES et al., 2013, p. 692). Segundo a autora, o movimento feminista foi uma peça chave no processo de elaboração e aprovação da lei denominada Maria da Penha.

Contudo Campos (2008), expressa que esta Lei, teve sua origem com Maria da Penha Maia Fernandes, que após duas agressões sofridas por parte do marido, buscou não somente ver seu agressor preso, mas também se dedicou a combater o descaso do governo e da Justiça em relação a casos de violência contra a mulher.

A referida Lei de nº 11.340, foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006, com intuito de “criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8 do art. 226 da Constituição Federal” (BRASIL, 2006).

Conforme Nandi et al (2015, p.161), a Lei Maria da Penha tem como objetivo “punir todo e qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher e qualquer ação que lhe cause morte, lesão, agressão física, sexual, psicológica, dano moral ou patrimonial, praticada por qualquer membro da família”.

Campos (2008, p.23) apresenta um conceito mais amplo a respeito da referida Lei:

No aspecto objetivo a lei direciona-se especialmente a combater os atos de violência ocorridos no âmbito doméstico, familiar ou intrafamiliar, ao passo que no contexto subjetivo, a preocupação da lei é a proteção da mulher contra os atos de violência praticados por homens ou mulheres com os quais ela tenha ou haja tido uma relação marital ou de afetividade, ou ainda por qualquer pessoa com as quais conviva no âmbito doméstico e familiar.

Portanto, o surgimento da Lei 11.340, se deu a partir das medidas tomadas pelo governo a fim de diminuir as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Como afirma Martini (2009, p. 54), esta Lei surge, “como uma ação afirmativa do estado, destinada a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais”.

A violência contra a mulher “deixou de ser um tema acadêmico ou das pautas feministas e do governo para tornar-se conhecido por toda a sociedade brasileira” (PASINATO, 2015, pág. 533). Segundo a autora isto só foi possível após a aprovação da Lei Maria da Penha, pois esta possibilitou um maior reconhecimento acerca da problemática da violência contra a mulher.

2.2 Violência contra a mulher

Segundo Biella (2005), a violência vem acompanhando a humanidade ao longo de sua história, bem como a questão da subordinação da mulher, devido a uma cultura que

determinou papéis sociais às mulheres e aos homens, legitimando assim a inferioridade das mesmas, e gerando como consequência a sujeição por parte destas mulheres aos casos de violência sofridos.

Em conformidade com a autora, Martinez (2006, p.5), expressa que “a violência contra as mulheres é um fato institucionalizado e legitimado dentro da sociedade patriarcal e hierárquica”.

A fim de explicar o fenômeno da violência contra a mulher Coutinho (2015), afirma que para isto tem-se utilizado a violência de gênero.

“Gênero é uma categoria criada para demonstrar que a grande maioria das diferenças entre os sexos são construídas social e culturalmente a partir de papéis sociais diferenciados que, na ordem patriarcal, criam polos de dominação e submissão” (CUNHA, 2014, p.150).

Conforme Saffioti (2001, p.115), “violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”. Ainda de acordo com a autora, a violência cometida contra a mulher abrange um fenômeno ainda maior em relação à violência doméstica, pois esta envolve não apenas aquela cometida por agressores, que sejam parentes ou conhecidos, mas também por pessoas que não possuem relação alguma com a vítima.

“A violência contra mulher perpetrada no ambiente doméstico pode ser denominada como violência doméstica ou violência intrafamiliar” (BIELLA, 2005, p.17).

De acordo com o pensamento de Silva (2005), a violência doméstica pode ser compreendida como sendo a que acontece no ambiente familiar, podendo ser tanto com pessoas que possuam algum vínculo sanguíneo ou não, e se fora deste âmbito com indivíduos que mantenham ou já mantiveram alguma ligação de afeto entre si.

De acordo com a autora, este tipo de violência divide-se em “física, psicológica, sexual ou negligência, sendo que suas ramificações podem estar associadas entre si [...]” (SILVA, 2005, p.70).

Entende-se, que a violência seja ela o tipo que for, cometida a quem for não deve ser algo comum em nosso cotidiano, e para que isto não ocorra, entram em cena as políticas públicas, a fim de superar os danos causados por este problema, bem como os movimentos sociais que já possibilitaram inúmeras conquistas em relação à problemática aqui apresentada.

2.3 Movimentos sociais

“Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social” (GOHN, 2003, p.13).

Para Miranda et al. (2009, p.177) “o movimento social refere-se à perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade”.

Complementando este pensamento Gohn (2003), exprime que os movimentos sociais, são atos coletivos de caráter sócio-político e cultural que tornam possível que a população se estruture e expresse suas necessidades de diversas formas, seja através de denúncia, ou pressão direta, englobando mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, etc.

Segundo Miranda et al. (2009), tanto os movimentos sociais, quanto a participação da população apontam para o problema da diferença entre as classes originária da sociedade capitalista. Para a autora em uma sociedade onde as classes apresentam opiniões divergentes, estes servem como ferramentas, para que a população possa se expressar, reivindicando melhores condições de existência.

Com um mesmo ponto de vista, Azevedo (2010, p. 215) expressa que:

[...] além do mais, há uma dimensão simbólica muito mais complexa sobre a qual os movimentos sociais exercem grande impacto que é a transformação social. Hoje, a partir dessas novas mobilizações, os cidadãos e as sociedades conjugam a gramática da igualdade de gênero, preocupações ecológicas, conservação do meio ambiente, direitos dos nascituros, impensáveis antes da emergência de movimentos sociais com essas novas agendas.

Conforme Miranda et al. (2009, p.183), “a conquista dos direitos é resultado de lutas sociais empreendidas por movimentos populares e organizações sociais que reivindicaram direitos e espaços de participação social”.

Compreende-se então que os movimentos sociais possibilitam a participação da população, de maneira que esta possa consolidar e ampliar os seus direitos sociais e políticos, por meio de um processo constante e contínuo, tornando estes elementos fundamentais para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3.1 Movimento feminista

“A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.7).

De acordo com Pinto (2010, p.15), “pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais [...]”.

Miguel e Biroli (2014), afirmam a cerca das várias vertentes do feminismo, que estas combinam a luta pela igualdade de gênero com o estudo relativo às causas responsáveis pela multiplicação da ideia de dominação do homem sobre a mulher. Segundo os autores, o feminismo através de suas próprias lutas, foi capaz de modificar de certa forma sua estrutura e também seu pensamento acerca da coletividade.

Complementando, Miranda (2009) expõe a respeito do movimento feminista, que suas ações têm contribuído consideravelmente para a constatação da disparidade, referente à criação das políticas públicas e a forma de se organizar do Governo.

Em relação ao surgimento do feminismo, com base no pensamento de Pinto (2010), salienta-se que a primeira onda do mesmo teve início a partir das últimas décadas do século XIX. Com a organização das mulheres, primeiramente na Inglaterra, para lutarem pelos seus direitos, sendo o primeiro destes o direito ao voto, também ocorrido no Brasil.

Passado um primeiro momento, ainda na última década do século XX, o movimento sofre mudanças, como expressa Pinto (p.17, 2010):

[...] o movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em concordância Pedro e Guedes (2010), estabelecem que movimento, possui um papel crucial nos avanços históricos, sendo que este possibilitou o reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres, através da Constituição de 1988, mais tarde a criação da

Lei 11.340/06, e ainda a implantação do Dia Internacional da Mulher, comprovando a relevância do movimento feminista.

Acordando com esta realidade Biroli (2014, p.43), expressam que “as lutas feministas produziram avanços na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro em diversas partes do mundo [...]”. No entanto destacam que ainda perdura um número muito alto de casos de estupros e assassinatos de mulheres por homens com quem elas mantiveram relações afetivas.

Por fim, o movimento feminista, se deu pela própria compreensão por parte das mulheres, das condições desfavoráveis às quais elas estavam sujeitas na sociedade, representando este uma importante ferramenta na luta pela igualdade entre homens e mulheres.

3 MÉTODO

Em relação ao tipo de pesquisa esta se caracterizou como descritiva. Segundo Gil (2012, p.28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial as descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto à abordagem o estudo apresenta cunho qualitativo. De acordo com Diehl e Tatim (2004, p.52), “os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, etc.”.

O método escolhido foi à pesquisa de campo, tendo em vista que o presente trabalho buscou estudar uma determinada população, visando compreender certos aspectos desta e coletar informações a fim de auxiliar na resposta da questão problema.

Segundo Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa de campo é utilizada quando se tem o intuito de adquirir informações e/ou conhecimentos a respeito de um determinado problema para o qual se procura uma resposta, ou ainda quando se pretende constatar novos fenômenos ou as relações ocorridas entre eles.

Utilizou-se como instrumento de produção e coleta de dados três roteiros de entrevista semiestruturada. Conforme Marconi e Lakatos (2012, p.80) “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

O primeiro roteiro de entrevista foi aplicado junto a representantes do Conselho Municipal de Direito das Mulheres, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Quaraíenses, um segundo roteiro realizado junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREA), ambos no município de Quaraí, sendo posteriormente aplicado o terceiro roteiro a representantes do Coletivo LivraElas, situado na cidade de Santana do Livramento. Ambas as entrevistas obtiveram cerca de 30 minutos cada, sendo estas gravadas e logo depois transcritas para melhor compreensão dos dados.

Após o processo de produção e coleta de dados estes foram estruturados para análise com base na análise interpretativa.

Severino (2007, p.59), expressa a respeito desta análise que o processo de interpretação é “[...] superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico serão abordados os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, bem como as discussões, acerca das questões, relacionando as mesmas ao referencial teórico exposto no artigo.

4.1 Atores envolvidos com a problemática em Quaraí e Santana do Livramento

Este tópico apresenta os atores envolvidos com a problemática, abordados neste estudo, no município de Quaraí, bem como em Santana do Livramento. Os mesmos foram selecionados através de uma pesquisa prévia acerca do tema em ambos os municípios, possibilitando assim, se chegar até aqueles considerados significativos para a pesquisa.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Entrevistado (a)	Sexo	Escolaridade e formação	Atuação
A	Feminino	Nível médio/ Técnico em Transações Imobiliárias	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
B	Feminino	Nível superior/ Especialização em Gestão Pública	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
C	Feminino	Nível superior/ Graduação em Serviço Social	CREAS
D	Feminino	Nível superior/ Licenciatura em Educação Física	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Quaraíenses
E	Feminino	Nível superior Incompleto/ Graduanda em Relações Internacionais	Coletivo LivraElas
F	Masculino	Nível superior/ Doutor em Relações Internacionais	Coletivo LivraElas

Fonte: elaborada pela autora (2016)

Ao total foram 4 entrevistadas, de três órgãos diferentes relacionados a questão da violência contra a mulher na cidade de Quaraí, e 2 entrevistados ligados a temática dos movimentos, no município de Santana do Livramento.

Com base na descrição dos atores envolvidos, apresentada no quadro 1, percebe-se que a maioria dentre os entrevistados que possuem ligação com a problemática da violência, bem como questões feministas, de maneira geral ainda são do sexo feminino.

Em relação à escolaridade, a maioria apresenta nível superior, no entanto, cabe destacar um caso específico onde a entrevistada não possui uma formação voltada para a área e órgão onde a mesma atua, sendo esta a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Quaraíenses. Já em outro caso, a Entrevistada A, possui somente nível médio, sendo que sua formação também se distingue do referido órgão da qual esta faz parte.

4.2 Políticas Públicas de enfrentamento a violência em Quaraí

Este tópico aborda as políticas públicas identificadas no município de Quaraí, que estão voltadas para o enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher na cidade.

Destaca-se primeiramente a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no município de Quaraí, este se deu por iniciativa de um membro da casa Legislativa, sendo a proposta apresentada em dezembro de 2013, e aprovada somente em julho 2014 pelo executivo. Com intuito de promover políticas públicas frente às demandas sociais, sendo uma delas, a violência doméstica e familiar.

Em concordância Stein (2006) expressa que o processo de formulação de políticas públicas, pode ocorrer tanto em um âmbito formal, como a exemplo o legislativo e o executivo, quanto informal, ou seja, através de movimentos constituídos nas ruas.

Percebe-se a relevância do Conselho para o município na seguinte fala:

[...] este se faz necessário a fim de nortear as políticas públicas referenciadas a tal segmento, neste caso a mulher, isto se buscou tendo em vista que o índice de Maria da Penha no município é alto, e o serviço é zero, nós não temos nada, a não ser este órgão para orientar, defender e fiscalizar (Entrevistada A).

Ainda segundo dados coletados na entrevista, o mesmo por não dispor de recursos financeiros para se sustentar, sendo que se mantém principalmente devido a parcerias realizadas com outras entidades, não consegue investir em políticas públicas, desempenhando um trabalho voltado mais precisamente para a orientação a mulheres vítimas de violência.

Contudo uma política pública implementada pelo Conselho foi a Semana Municipal da Mulher, constituída através de projeto de Lei, juntamente com outras entidades, esta possibilitou que fossem realizadas discussões acerca da violência contra a mulher, bem como outras temáticas ligadas única e exclusivamente à mulher.

Cabe ressaltar um projeto elaborado primeiramente por um membro do legislativo, denominado “escola solidária”, sendo este considerado modelo no estado pela União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS), pois o mesmo representou um avanço para a questão da violência, na medida em que proporciona certo empoderamento às mulheres, através de aprendizagem de uma nova atividade.

[...] este projeto se utiliza de trabalho voluntário, oferecido por pessoas que já possuem seu próprio negócio, ou simplesmente possuem alguma atividade para ensinar, é realizada a inscrição gratuita da população, em sua maioria mulheres, para participar destes cursos profissionalizantes, vindo a calhar no sentido da mulher aprender a exercer alguma atividade, empoderando assim as mesmas. Desenvolveu-se um trabalho de geração e renda, melhorando ainda na autoestima da mulher. O projeto já abordou cursos de manicure, confecção de artigos em couro, pintura, etc. (Entrevistada B).

Segundo Biella (2005) considerando que as mulheres encontram-se em situação de submissão, estas podem mudar sua situação e se empoderarem, rompendo assim com crenças que procuram determinar o lugar da mulher na sociedade, sendo esse de inferioridade. Ainda de acordo com a autora é necessário que se ofereçam às mulheres, políticas públicas para que as mesmas possam sair da situação de violência por elas vivenciada.

Outro ator envolvido com a temática no município é a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Quaraíenses, esta foi criada a cerca de um ano somente e constitui-se vinculada ao gabinete do prefeito, sem estrutura formal como as demais secretarias. Devido a este fato, a mesma até o momento trabalha somente em relação a políticas de prevenção da violência, realizando palestras nas escolas, juntamente com o Conselho e destaca a criação de um Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres para o ano de 2017.

Estive conversando com representantes do executivo a respeito de um plano municipal de políticas públicas para as mulheres que até então o município não dispõem, que será elaborado no ano de 2017, devido ao plano plurianual deste ano já ter sido feito, encabeçado pela secretaria, mas juntamente com o apoio de todos os outros órgãos, Conselho, o CRAS e CREAS (Entrevistada D).

Em relação à utilização de uma das políticas mais conhecidas em termos de violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha, percebe-se que a mesma nos dias de hoje, torna-se constantemente banalizada no município.

[...] a Lei Maria da Penha, ela é completa, mas por esta não apresentar uma estrutura em relação ao acolhimento a essas mulheres vítimas de violência, ela se torna muitas vezes até vulnerável, muitas destas mulheres por não terem para onde recorrer, aceitam seus maridos de volta e acabam sofrendo agressões novamente, como à própria Maria da Penha que foi a mulher pioneira desta lei, ela “apanhou”, o marido quase a matou, e então ela buscou os seus direitos que no nosso país até então não se tinha esse alcance de direitos. A Lei Maria da Penha representou um grande avanço para o nosso país, no entanto ainda há muito a ser feito, pois de que adianta se ter uma lei que ampara, mas não disponibiliza uma estrutura para auxiliar estas mulheres após o processo da denúncia (Entrevistada B).

Percebe-se a relevância do trabalho desenvolvido a fim de prevenir casos de violência contra as mulheres, considerando a maior abrangência que se tem em relação aos jovens, do que os adultos. Destaca-se ainda a questão do empoderamento destas mulheres, tendo em vista que um dos fatores que mantém ainda este tipo de violência é a dependência financeira de muitas em relação aos seus parceiros.

4.3 Percepção da violência contra a mulher no município de Quaraí

Neste tópico aborda-se a percepção da violência cometida contra as mulheres no município de Quaraí, pelas entrevistadas.

A violência cometida contra a mulher ultrapassa a questão da desigualdade entre homens e mulheres, pois, sobretudo, ela é uma violação aos direitos humanos (COUTINHO, 2015). Seguindo na mesma linha destaca-se a fala da entrevistada a respeito:

No meu entendimento, enquanto representante da Secretaria a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos, muito se tem avançado ao longo destes 10 anos de criação da lei Maria da Penha, hoje em dia, por exemplo, muitas pesquisas apontam que 100% das mulheres sabem da existência da lei Maria da Penha, só que hoje em dia ela é muito banalizada, e às vezes não se tem o alcance que deveria (Entrevistada D).

De acordo com Biella (2015, p.12), “a mulher em situação de violência, seja física, psicológica ou sexual, é acometida por sérios problemas físicos e emocionais, tais como: dores ou desconfortos severos, problemas de concentração, tonturas, cefaléias, depressão [...]”.

A violência contra a mulher gera inúmeros tipos de sequelas, não só a física, mas principalmente a emocional, considerando os tipos de violência, seja a violência sexual, patrimonial, moral, afetiva (Entrevistada D).

Ainda segundo Biella (2005), a violência contra as mulheres além de ser um problema de saúde pública, segurança pública e social, se tornou um problema político-cultural que se ampara nas opiniões e crenças antigas, a respeito da relação entre homens e mulheres. A respeito dos fatores que mantem este tipo de violência destaca-se a fala a seguir:

Acredito que são vários os fatores, mas, sobretudo a dependência financeira das mulheres em relação aos seus companheiros, que aproveitam desta situação, pois percebem que as mesmas acabam se calando, além disto, muitas vezes por causa dos filhos. Na verdade não é uma única, acredito que sejam várias, como a sociedade em si, que acaba rotulando as mulheres, que estas apanham porque querem, mas ninguém pede para apanhar (Entrevistada C).

No Brasil, as políticas públicas de combate à violência contra a mulher têm sido “tímidas”, e, na maioria das vezes, ineficazes como se tem demonstrado em vários estudos ao longo de quase três décadas (BIELLA, 2005, p. 27). Complementando, uma das entrevistadas atenta também para a questão da participação de toda a sociedade que por vezes não ocorre.

Nós vivemos em uma sociedade muito patriarcal e machista, então eu como professora, percebo e acredito que devemos mudar este pensamento desde a escola, para que haja o fim do mesmo. A questão é a sociedade inteira se mobilizar, pois ainda hoje há pessoas que não se importam, pois possuem o pensamento de que se não é consigo ou alguém de sua família, não há porque se preocupar (Entrevistada D).

Compreende-se que há um entendimento acerca do problema, que este envolve principalmente a questão da violação dos direitos humanos, assegurada na Constituição Federal e que traz além de consequências para a própria mulher, e sua família, para toda a sociedade. Voltando para a questão da preocupação dos governos em criar políticas públicas eficazes que possam abranger a problemática como um todo.

4.4 Movimento LivraElas em Santana de Livramento

Os movimentos sociais segundo Azevedo (2010, p.215) “são tentativas coletivas e organizadas que têm a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social”.

A história da articulação do movimento LivraElas, teve início no ano de 2014, após uma ocupação no campus da Unipampa Santana do Livramento, sendo que já se havia um interesse por parte de algumas meninas em se criar um grupo feminista, mas foi somente após esse momento que estas começaram a se articular, divulgando a ideia de se constituir um Coletivo, a fim de atingir maior público participante, resultando por fim, na consolidação do mesmo através de um projeto de extensão dentro da Universidade.

O objetivo final do LivraElas, inicialmente quando não tínhamos conhecimento do Centro de Referência Santana do Livramento- Rivera para atender as mulheres, era conseguir trazer pra cá uma delegacia, ou até mesmo um Centro, e a curto prazo o

mesmo tinha como objetivo fomentar o debate dentro da Universidade, por meio de filmes, palestras, sarau, mesas redonda e principalmente expor para comunidade um pouco do que é o machismo, do que é o feminismo, a fim de que as pessoas percebam que o feminismo não é o oposto, mas sim uma busca pela igualdade (Entrevistada E).

Segundo Descarries (2002 apud MIRANDA, 2009, p.2) o feminismo “coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social”.

O coletivo além de realizar debates, sarau, expor filmes, atua na Semana Acadêmica, em parceria com outros projetos, destacando a participação na semana da diversidade juntamente com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), sempre seguindo essa linha de debate dentro da Universidade, sendo aberto à comunidade. Em relação à comunidade externa, já atuaram na Marcha Mundial das Mulheres, realizada em Santana do Livramento em setembro de 2015, em pesquisas realizadas junto à população, para entender o posicionamento das mesmas a respeito dos temas principais que cercam o feminismo, machismo, a violência contra a mulher, etc.

As mulheres que estão à frente de causas femininas e que levam ao setor público suas reivindicações e principalmente se preocupam em fomentar a discussão de gênero, possibilitaram grandes avanços, um destes é a própria construção e afirmação do conceito de gênero (PEDRO; GUEDES, 2010).

Ser feminista hoje é a diferença entre você acreditar e buscar, eu acho que se você acredita na igualdade de gênero não necessariamente você é feminista, é uma posição mais política, agora ir atrás, fazer alguma coisa para que haja a consolidação da igualdade de gênero, isto sim te torna feminista (Entrevistado F).

Como principal dificuldade o Movimento atentou para a inserção do mesmo, em Santana do Livramento de maneira geral, pois a cidade ainda expressa um pensamento muito machista e um constante preconceito em relação às mulheres e a palavra feminista, que é vista por muitos como a vontade das mulheres se tornarem superiores aos homens. Para exemplificar não só essa questão, mas também o preconceito dentro da própria Universidade destaca-se a fala de um dos entrevistados:

[...] dentro daqui é interessante porque, por exemplo, teve uma pesquisa, onde em uma sala do curso de Administração, aproximadamente cerca de 70% dos alunos concordaram que se uma mulher fez algo errado justifica o homem bater nela (Entrevistada E).

Em conformidade Pedro e Guedes (2010) retratam que assim que se toma conhecimento acerca do conceito de gênero, pode se verificar com maior clareza as discriminações relativas ao tema, enquanto quando não há certo conhecimento, este problema é visto como natural pela maior parte da sociedade.

Desde o princípio a razão de se fazer parte de um movimento feminista foi de poder “empoderar” as mulheres. No entanto se por um lado o Movimento no todo gerou grandes avanços, por outro este tem sido ainda um tanto tímido quando se trata de fazer com que essas mulheres participem mais, principalmente do mundo político, em nossa sociedade (PINTO, 2010).

Relacionado a este pensamento e expressando a importância do movimento para a cidade destaca-se a seguinte fala:

O movimento se faz necessário, pois busca fomentar o debate, mostrar uma visão nova para essas mulheres, vir a empoderá-las, pois muitas vezes, essas mulheres por

estarem em condição de submissas, acabam se acostumando com esse tipo de tratamento (Entrevistada E).

Por fim entende-se a relevância dos movimentos, no que diz respeito à conquista de igualdade, e desse em específico dentro da Universidade na medida em que fomenta as discussões acerca desta temática para os jovens e para comunidade externa, apresentando-se ainda como uma alternativa para onde estas mulheres possam a vir recorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a violência perpetrada contra as mulheres é um grave problema presente em nossa sociedade desde o início dos tempos, tendo como base uma cultura machista e de caráter patriarcal, e sabendo que a mesma afeta os mais diversos públicos, e não só as mulheres em si, torna-se relevante a abordagem de tal tema, bem como o investimento do poder público em políticas públicas que venham sanar esta questão.

Sendo assim este estudo buscou responder qual o papel das políticas públicas e do Coletivo LivraElas no enfrentamento da violência contra a mulher nos municípios de Quaraí e Santana do Livramento.

Como percebido as Políticas Públicas de prevenção e enfrentamento à violência presentes no município de Quaraí, possuem como principal objetivo findar com a cultura machista, que resulta neste tipo de violência, buscando mudar o pensamento dos jovens. Cabendo ainda ressaltar o projeto desenvolvido no município, que visa empoderar as mulheres, a fim de que as mesmas deixem de se submeter a certas agressões, por dependência financeira.

No caso do Movimento LivraElas, o mesmo atua como esclarecedor e disseminador de informações relativas ao tema, tanto dentro da Universidade quanto junto à comunidade em geral. Este busca ser a primeira referência a mulheres que querem entender suas condições e lutarem contra o machismo, contra a violência e a constante desigualdade que ainda persiste na sociedade.

Por fim entende-se que tanto as políticas públicas, quanto os movimentos sociais, possuem um papel transformador em relação a esta questão, pois já possibilitaram grandes avanços para seus respectivos municípios, mesmos que estes apresentem ainda certa carência em relação à violência contra a mulher.

Percebe-se que a participação da população em geral ainda não ocorreu, e cabe ao governo abranger a causa como um todo, para que este problema público chegue ao fim, investindo mais em políticas de atendimento a vítimas de violência e possibilitando um espaço maior para estes grupos sociais, considerando os mesmos como fatores extremamente relevantes para o enfrentamento da causa. Só com o engajamento de toda sociedade teremos um mundo sem violência e mais igualitário para todos.

Quanto às limitações encontradas ao longo do estudo, salienta-se, por vezes o difícil acesso aos entrevistados, neste caso, relacionados ao setor público. E como sugestões para trabalhos futuros, destaca-se a pesquisa acerca da percepção sobre a temática principal dentro da Universidade, e ainda um estudo mais abrangente a respeito dos órgãos de atendimento presentes em todo o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Daviane A. de. Movimentos sociais, sociedade civil transformação social no Brasil. **Revista Saber Acadêmico** - N° 09 - Jun. 2010- SP: UNIESP, 2010.
- BIELLA, Janize L. **Mulheres em Situação de Violência** – Políticas Públicas, Processo de Empoderamento e a Intervenção do Assistente Social. 2005, 78p. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 2. p.31-46.
- BRASIL. **Lei 11.340/2006**, de 07 de Agosto de 2006, Brasília. Lei Maria da Penha. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 04/04/2016.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Presidência da Republica, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/sobre/spm>> Acesso em: 04/04/2016.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Balanço 2014. Presidência da Republica. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf> Acesso em: 12/04/16.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. Presidência da Republica. Brasília, 2011
- BRASIL. **Secretaria de Transparência**: DataSenado. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.
- CAMPOS, Antônia A.S. **A Lei Maria da Penha e a sua efetividade**. Monografia de Especialização em Administração Judiciária. Escola Superior de Magistratura do Ceará, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Fortaleza, 2008.
- CÔRTEZ, Gisele R. **Violência Doméstica contra Mulheres**: Centro de Referência da Mulher Araraquara. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, 2008.
- COUTINHO, Ana Rita C. **As experiências sociais das mulheres em situação de violência e as estratégias de enfrentamento**. Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.
- CUNHA, Bárbara M. da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero In: **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>> Acesso em: 20/04/16.
- DIEHL, A.A.; TATIM D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: Métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.
- GOHN, Maria da Glória.org. **Movimentos sociais do século XX: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- LEITE, R.F. **O Lobby como meio de Fortalecimento da Democracia Representativa Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito. Universidade Católica de Brasília, 2012.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINEZ, Raquel C. R. **Violência contra as mulheres**: Conversando a gente se entende. 3 ed. São Paulo, 2006.

MARTINI, Thiara. **A Lei Maria da Penha e as Medidas de Proteção a Mulher**. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito, Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2009.

MENEGHEL, S.N.; MUELLER, B.; COLLAZIOL, M.E.; QUADROS, M.M. Repercussões da Lei Maria da Penha no Enfrentamento da Violência de Gênero. **Ciênc. saúde coletiva** vol.18 no. 3 Rio de Janeiro Mar. 2013.

MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: Uma introdução. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, C.M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. NIEM/ UFRGS, 2009.

MIRANDA, C.M.; CASTILHO, N.A. N; CARDOSO, V.C.C. Movimentos Sociais e Participação Popular: Luta pela conquista dos direitos sociais. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 176-185, 2009.

NANDI, A.; KASPARY, R. M.; CAETANO, R.; FAFUNDES, D. S.; Políticas Públicas de atendimento a mulheres vítimas de violência: A LEI MARIA DA PENHA E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DA PRÁTICA. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.2, n.1, p. 156 – 182, Jan./Abr. 2015.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso em: 31/03/2016.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, maio/agosto 2015.

PEDRO, C.B.; GUEDES, O.S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. GT 2. **Gênero e movimentos sociais** – Coord. Renata Gonçalves.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política** 18 (36), Curitiba, jun. 2010, pp.15-23.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n.16. Campinas, 2001, 115-136.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luciane Lemos da. **CEVIC**: a violência denunciada. Florianópolis, 2005. 152f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, 2005.

STEIN, E.; TOMMASI, M.; ECHEBARRÍA, K.; LORA, E.; PAYNE, M. **La política de las políticas públicas**: Progreso económico y social en América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo. México, 2006.

TEIXEIRA, E.C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR-BA), Salvador, 2002.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília- DF, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 12/04/16.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista aplicado a representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres Quaraíenses.

1. Qual o entendimento do órgão a respeito da violência contra a mulher?
2. O conselho recebe casos de violência contra a mulher?
3. Como ocorre o atendimento as vítimas de violência?
4. Como são elaboradas políticas públicas para esta problemática?
5. Quais políticas públicas já foram ou estão ainda sendo desenvolvidas a fim de acabar com a violência contra a mulher?
6. Quais as políticas públicas de atendimento a mulheres vítimas de violência?
7. Como se dá a utilização da Lei Maria da Penha no município?
8. Qual (is) a (s) carência (s) do município em relação ao melhor atendimento a mulheres vítimas deste tipo de violência?

Roteiro de entrevista realizado junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social

1. Qual o papel do CREAS perante aos casos de violência contra a mulher?
2. Em média quantos casos de violência são relatados ao CREAS?
3. Como estes casos chegam até a entidade?
4. De que maneira é realizado o atendimento às vítimas?
5. O mesmo desenvolve algum tipo de projeto, campanha ou ainda apoia políticas públicas a fim de enfrentar a violência contra a mulher no município?
6. Qual a importância do trabalho do psicólogo nesse contexto de violência doméstica?
7. Em sua opinião, quais são os fatores desencadeadores, causadores e mantenedores da violência contra a mulher?
8. Em sua opinião, quais seriam os danos psicossociais gerados por este tipo de violência?

Roteiro de entrevista realizado junto a representantes do Movimento Coletivo LivraElas

1. Como, quando e onde começa a história da articulação do movimento na Universidade?
2. Quais são seus principais objetivos atualmente?
3. Ainda em relação ao movimento, quem participa e quantas pessoas são aproximadamente?
4. De que forma o movimento atua?
5. Vocês possuem apoiadores fora da Universidade?
6. O que significa ser feminista hoje?
7. O que motiva o interesse das jovens pelo feminismo?
8. Quais os maiores desafios para o movimento nos dias de hoje?
9. Do seu ponto de vista qual a importância do LivraElas para Santana do Livramento?